



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

EDITAL Nº 002/2023

CHAMAMENTO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Dois Vizinhos, Luis Carlos Turatto, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993, nº 13.019/2014, Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, que através deste, realiza o **Chamamento Público**, visando a seleção de Entidades sem fins lucrativos na área de **Esporte e Lazer**, para firmar parceria por meio de Termo de Colaboração, para executar o Projeto “ESPORTE POR MUITAS MÃOS” nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1 – OBJETO, OBJETIVOS, METAS, JUSTIFICATIVA e DEFINIÇÕES:

1.1. Formalização de Parceria, através de Termo de Colaboração, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública, no exercício de 2023 e 2024, que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR MÁXIMO R\$
1	Fomentar a prática esportiva através de projeto de incentivo ao esporte na modalidade de FUTSAL para que atletas possam atuar e representar o município nas principais competições a nível municipal, estadual e nacional, oportunizando em contrapartida a construção de suas carreiras esportivas, implantando políticas públicas que garantam a inclusão social por meio do esporte, visando a formação de novos atletas, assim como desenvolver programas que oportunizem a formação integral do ser humano, retirando crianças, jovens e adultos dos malefícios do mundo oportunizando e desenvolvendo ações que estimulem a preparação para exercer o direito de Cidadania e consequentemente à prática da atividade física e recreação social com o intuito de adoção de um estilo de vida mais saudável.	120.000,00

ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01:

Público Alvo: 250 (duzentos e cinquenta) pessoas entre crianças e jovens de 5 a 17 anos mais a categoria adulta na formação esportiva individual e coletiva.

Objetivos:

- Contribuir no desenvolvimento esportivo e educacional, formando e revelando atletas e cidadãos;
- Propiciar um futuro melhor as crianças e adolescentes beneficiados, por meio dos benefícios inerentes a pratica esportiva como: saúde, educação, disciplina, ocupação do tempo livre, afastando-os da criminalidade e das drogas.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- c) Atender a população carente do município, aumentando e qualificando o convívio social e contribuindo para diminuição dos índices de vulnerabilidade.
- d) Oferecer atividades físicas e esportivas a um público a partir dos 5 (cinco) anos de idade, que estimule seu desenvolvimento físico-motor, cognitivo e social.
- e) Divulgar e popularizar a modalidade esportiva de Futsal em Dois Vizinhos, promovendo a formação de equipes que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos municipais, estaduais e nacionais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva nos Projetos/Programas.
- f) Oportunizar a prática do esporte de competição às crianças, adolescentes e adultos contemplados pelo Projeto, através da realização e participação em eventos competitivos.
- g) Proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas e promover uma maior integração entre família, escola e incentivo ao esporte.

Metas:

- A. Oferecer atividades físicas e esportivas;
- B. Oportunizar a prática do esporte de competição às crianças, adolescentes e adultos;
- C. Formar novos atletas;
- D. Ampliar os serviços oferecidos a fim de atender a possíveis demandas relacionadas ao esporte ativo da população local.

1.2. Plano de Trabalho: Modelo 4; Todos os serviços ou atividades a serem desenvolvidas deverão constar no Plano de Trabalho de acordo com o art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, sendo:

I – Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II – Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III – Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV – Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V – Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

VI - Apresentar na conclusão final do projeto, número de atendimentos com comprovação das ações realizadas (atas, listas de presenças, e outras), constando avaliação dos pontos negativos e positivos.

1.3. A Administração Municipal reserva-se no direito de não autorizar o valor solicitado pela OSC tendo em vista a tipificação do objeto do Plano de Trabalho, sendo vedados, valores acima do máximo permitido.

1.4. Também é **vedada** a realização de despesa ou a previsão na Proposta de Trabalho:

a) com finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;

b) a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar, tampouco qualquer espécie de remuneração ou gratificação a servidores que pertençam aos quadros da Administração Pública por qualquer serviço vinculado ao objeto da parceria a ser firmada;

c) relativa a pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da entidade beneficiária e de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal;

d) em data anterior à vigência da parceria, quando então serão glosadas;

e) em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador tenha ocorrido durante a vigência do instrumento, mediante autorização prévia;

f) com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica;

g) com publicidade, salvo as que atendam cumulativamente às seguintes exigências:

I - sejam de caráter educativo, informativo ou de orientação social;

II - das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

III - que constem claramente no plano de trabalho; e

IV - que tenham caráter acessório ao objeto principal da parceria.

1.5. **JUSTIFICATIVA:** O chamamento público para o esporte e lazer do nosso município tem como objetivo geral a realização de ações consistentes no fomento e incentivo às práticas esportivas e de lazer em suas diversas modalidades e manifestações, assegurando efetivar o direito constitucional às práticas esportivas formais e não formais, bem como a criação de oportunidades de tempo e espaço para vivências lúdicas para todos os cidadãos residentes no Município de Dois Vizinhos, através de ações intersetoriais desenvolvidas através de parcerias com a sociedade.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.6. O esporte como fenômeno social tem importante papel na comunidade Duovizinhense, visto que ele abrange vários setores, sendo bastante relevante na área da saúde, educação, turismo, entre outros. A prática do esporte envolve a aquisição de habilidades físicas e sociais, valores, conhecimentos, atitudes e normas. O fenômeno esportivo está ocupando cada vez mais espaço na vida da nossa comunidade, principalmente das crianças e dos jovens, como reflexo da influência dos eventos esportivos divulgados pela mídia local, regional e a identificação com ídolos. O esporte envolve todas as classes sociais, tendo como finalidade promover a socialização, cooperação e transmissão de valores.

1.7. Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

1.8. Conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014 em seu Art. 35 § 5º Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

2 - DO VALOR E REPASSE

2.1. O CONCEDENTE fará o repasse ao TOMADOR da importância de no máximo **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, de forma fracionada em (12) parcelas mensais no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** cada de acordo com o projeto. Os repasses serão efetivados até **o 5º dia útil de cada mês**.

2.2. Os valores repassados pelo Município de Dois Vizinhos deverão ter caráter suplementar, devendo a PROPONENTE assegurar outras fontes de maneira a manter suas atividades.

2.3. A realização dos repasses financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura do instrumento da parceria e a publicação de seu extrato no Diário Oficial, sendo glosadas as despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

2.4. A credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por operação.

3 – CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES NO CREDENCIAMENTO:

3.1. Poderão participar do presente credenciamento as organizações da sociedade civil que atendam aos requisitos previstos na Lei nº 13019/2014, sendo:

I - Que está ciente de que a simples participação no chamamento público, pressupõe seu conhecimento prévio e sua concordância com o atendimento das disposições deste edital e da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 18942 e



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

18943/2022, e ainda com as orientações a serem emanadas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União, ainda que não expressamente consignadas neste Edital;

II - Não tenha como dirigente Agente Político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheira, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau;

III - Possuir estrutura física com as instalações, materiais e condições necessárias ao atendimento do objeto desta chamada pública bem como Capacidade Técnica e Operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;

3.2. **Não serão admitidos nesta seleção** os PROPONENTES que foram penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, ficando impedidos de celebrar Termo de Colaboração e Colaboração com a Administração Pública do Município de Dois Vizinhos enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

3.3. Neste Chamamento Público também **não será permitida a participação** de pessoa física ou conforme disposto no Art. 39 da Lei 13019/2014 ficam impedidas de celebrar qualquer modalidade de parceria a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; e

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra c) acima.

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

3.4. A seleção será, inicialmente, de uma pessoa jurídica sem fins lucrativos para executar o objeto tratado neste Edital, sendo selecionada aquela que obtiver maior pontuação.

3.4.1 Nas hipóteses deste item e seus subitens, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária;

3.4.2 Em qualquer das hipóteses previstas na alínea “a” do inciso VII, item 3.3, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

3.4.2.1 Para os fins do disposto na alínea “a” do inciso IV acima e no item 3.3.2, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

3.4.2.2 A vedação prevista no inciso III acima não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no Termo de Colaboração, simultaneamente como dirigente e administrador público.

3.4.2.3 Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

3.5. Conforme disposto no Art. 40 na Lei 13019/2014 “É vedada a celebração de parcerias previstas na Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado”.

4 – PRAZOS, LOCAL E CRONOGRAMA:

4.1. Os interessados deverão apresentar todos os documentos elencados no item 5 deste Edital até às 17 horas e 30 minutos do dia 27/2/2023 junto a Prefeitura de Dois Vizinhos, Avenida Rio Grande do Sul, 130, centro, não sendo aceitos documentos enviados por meio de correspondência, de acordo com o seguinte cronograma

CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	27/1/2023
2	Envio das propostas pelas OSCs.	27/1/2023 a 27/2/2023
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	28/2/2023 às 14h00
4	Declaração de Impedimento emitida pelos Membros da Comissão de Seleção (Modelo 6)	28/2/2023 após as 14h00
5	Divulgação do resultado preliminar.	1/3/2023
6	Análise da Documentação conforme disposto nos arts. 33 e 34 da Lei 13019/2014	2 DIAS ÚTEIS
7	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	3 DIAS ÚTEIS
8	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	3 DIAS ÚTEIS
9	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	14/3/2023 (data estimada)

5 – DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

5.1. A documentação deverá ser entregue a Comissão de Seleção, em envelopes fechado contendo na parte externa/frente os seguintes dados:



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

Envelope I – Plano de Trabalho Credenciamento de Organização da Sociedade Civil Edital de Chamamento Público nº. 002/2023 Entidade: Endereço: Telefone: CNPJ nº.	Envelope II – Documentação Credenciamento de Organização da Sociedade Civil Edital de Chamamento Público nº. 002/2023 Entidade: Endereço: Telefone: CNPJ nº.
--	--

5.2. Documentação Obrigatória Envelope I:

5.2.1	Ofício do Representante da Entidade solicitando a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho; (conforme modelo 1)
5.2.2	Plano de Trabalho em conformidade com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e art. 22 da Lei nº 13.019/2014; (conforme modelo 4).

5.3. Documentação Obrigatória Envelope II:

5.3.1	Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial; É necessário estar previsto no estatuto que, a(s) organização(ões) da sociedade civil tem objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, e, que em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.
5.3.2	Ata de eleição do quadro dirigente atual, comprovação dos poderes de representação daqueles que firmarão o termo de transferência;
5.3.3	Evidenciar no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
5.3.4	Apresentar relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles; (conforme modelo 2).
5.3.5	Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado; a) comprovante de água, energia elétrica ou telefone em nome da entidade, contrato de locação, instrumento de concessão real de uso.
5.3.6	Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
5.3.7	Certidão Liberatória ou documento equivalente, expedida por órgão municipal competente, quanto à regularidade das Transferências Voluntárias Municipais;
5.3.8	Prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.
5.3.9	Prova de regularidade com a Fazenda Estadual por meio da apresentação da



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	respectiva certidão negativa de débito ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;
5.3.10	Prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal;
5.3.11	Prova de Regularidade relativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
5.3.12	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);
5.3.13	Certificação da Proponente como Entidade de Utilidade Pública no âmbito do município de Dois Vizinhos, para as entidades privadas tomadoras de recursos;
5.3.14	<p>Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.</p> <p>A validade do Balanço aceito para essa licitação é: até o último dia útil do mês de <u>maio</u> do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração para os que optarem por apresentar o balanço na versão ECD. até o último dia útil do mês de <u>abril</u> do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração para os que optarem por apresentar o balanço nas demais versões ou seja não ECD.</p> <p>Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a 1 (um) ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. (Registrado nos órgãos competentes);</p> <p>O Balanço Patrimonial exigível na forma da Lei compreende o Balanço Patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário e das Demonstrações Contábeis - obrigatória a DRE, com o devido registro na *Junta Comercial.</p> <p>*já para as empresas que optaram pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED é necessário a apresentação do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital</p>
5.3.15	Evidenciar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou da natureza semelhante apresentando atestado(s) de experiência emitido(s) por organizações/órgãos públicos para os quais realizou ações semelhantes contendo a descrição do trabalho realizado de forma pormenorizada, o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados.
5.3.16	Evidenciar instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas apresentando uma Declaração que disponibilizará a estrutura de recursos humanos e estrutura



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

	física para a realização da ação objeto do termo de parceria compatível com as exigências do edital;
5.3.17	Declaração Unificada (Conforme modelo 3);

5.4. Todos os documentos solicitados neste edital deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas, por cartório ou servidor público municipal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação.

5.5. Não serão aceitos documentos preenchidos à mão, que contenham corretivos, que estejam ilegíveis, com borrões e rasuras. A proponente poderá ser inabilitada ou desclassificada do certame.

5.6. Serão aceitos documentos emitidos via INTERNET, neste caso, a Comissão de Licitações, antes da Habilitação da proponente, fará comprovação a veracidade das informações contidas no documento, através da própria INTERNET.

5.7. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

5.8. A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação de todos os documentos citados acima, sendo que a falta de qualquer um deles resultará na inabilitação da entidade.

5.9. Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a administração pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos nos arts. 33 e 34.

5.9.1 Abertura do envelope I contendo os Plano(s) de Trabalho(s) com ou sem os representantes das licitantes na data e horário supracitado;

5.9.2 Apreciação da documentação e julgamento da conformidade com as exigências deste edital;

5.9.3 Emissão da Declaração de Impedimento emitida pelos Membros da Comissão de Seleção, conforme (Modelo 6).

5.9.4 Abertura do envelope II contendo a documentação listada no item 5.3;

5.9.5 Apreciação da documentação e julgamento da conformidade com as exigências deste edital;

5.9.6 Publicação do resultado da Seleção;

5.9.7 Após a publicação do resultado do julgamento pela comissão de seleção, os interessados terão o prazo de 3 (três) dias para apresentar recurso, e os demais interessados terão igual prazo para apresentar contrarrazões, observando o disposto no Art. 21 do Decreto Municipal 18.942/2022.

5.9.7.1 O(s) recurso(s) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações durante os horários de atendimento da Prefeitura ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: dione.luiz@doisvizinhos.pr.gov.br até as 23 horas e 59 minutos.

**6 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ATIVIDADES DA OSC:**

6.1. Os serviços e atividades serão prestados através dos profissionais contratados pela entidade selecionada, com a habilitação de cada profissional na área de atuação/credenciamento.

6.2. É de responsabilidade exclusiva e integral da OSC o pagamento dos profissionais, incluído o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Dois Vizinhos - PR, devendo a OSC manter arquivo com todos os comprovantes de recolhimento.

6.3. Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade a administração pública, na hipótese de sua extinção.

6.4. A organização da Sociedade Civil deverá prestar contas em sua totalidade em até 90 (noventa) dias a contar do término da vigência do termo de parceria e a administração pública terá 150 (cento e cinquenta) dias para apreciar a prestação de contas com base nos parâmetros técnicos e financeiros constantes da Lei nº 13019/2014.

6.5. A Organização da Sociedade Civil fica obrigada a utilizar o SIT nos termos da Resolução 28/2011 devendo informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo sistema, em atendimento à Instrução Normativa nº 61/2011, especificamente no que dispõe a íntegra dos artigos 15, 16, 17 e seus parágrafos.

6.6. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos do Termo de Colaboração e deverão atender a Lei nº 13019 nos art. 63 ao art. 68 e ainda os Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022.

6.7. Quando do encerramento do Termo de Colaboração as quantias porventura excedentes deverão ser retornadas aos cofres públicos.

7 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. A Administração Municipal constituirá uma Comissão de Seleção que apreciará todos os Planos de Trabalhos e documentos apresentados, analisará o proposto pela(s) organização(ões) da sociedade civil e, se necessário solicitará informações adicionais, realizará visitas técnicas, estabelecendo prazo para que as organizações se manifestem por escrito quanto ao solicitado, a fim de selecionar, monitorar e avaliar as entidades que atenderam os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

7.1.1 Das sessões de avaliação e julgamento do(s) Plano(s) de Trabalho(s)/Projeto(s) serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Seleção, com decisão do resultado da classificação e com a indicação do(s) **PROPONENTE(S)** que obtiveram a melhor avaliação, considerando a completude das informações, a demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

7.2. A Administração Municipal divulgará qual(is) organização(ões) da sociedade civil foi(ram) selecionada(s) para execução dos serviços e atividades.

7.3. Após a publicação do resultado do julgamento pela comissão de seleção, os interessados terão o prazo de 3 (três) dias para apresentar recurso, e os demais interessados terão igual prazo para apresentar contrarrazões.

7.4. A Comissão de Seleção, utilizará os critérios citados na tabela abaixo para classificação dos projetos, bem como, dará devolutiva a entidade proponente da avaliação realizada e pontuação obtida.

7.5. Critérios de desempate

a) serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I - Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas;

II - Projeto que melhor se adequou ao plano de trabalho ou que ofereceu maiores benefícios.

III - Em caso de empate no julgamento das propostas/plano de trabalho apresentados, será realizado sorteio.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

	Peso	Plenamente satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2	1	0
1. Viabilidade de objetivos e metas	2			
2. Consonância com objetivos propostos	2			
3. Metodologia e estratégia da ação	2			
4. Viabilidade de Execução	2			
5. Coerência do Plano de Aplicação	2			
6. Experiência da entidade no Serviço e no Município	2			
7. Sustentabilidade da entidade	2			
8. Localização e infraestrutura física	2			
9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho	2			
10. Oferta de oportunidades de participação das famílias	2			
TOTAL				

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1. Viabilidade dos Objetivos e Metas: Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento. Peso: 2.

2. Consonância com objetivos propostos: Se os objetivos estão de acordo com o previsto pela legislação. Peso: 2.

3. Metodologia e Estratégia de Ação: Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto. Peso: 2.

4. Viabilidade de Execução: Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território; se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto. Peso: 2.

5. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho. Peso: 2.

6. Experiência da Entidade no Serviço e no Município: Se a proposta traz conhecimento sobre realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto. Peso: 2.

7. Sustentabilidade da Entidade: Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional. Peso: 2.

8. Localização e Infraestrutura física: Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende as necessidades do projeto. Peso: 2.

9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho: Clareza e objetividade na apresentação do Plano de Trabalho, conforme previsto no Manual de Orientação para Formalização de Repasses Públicos ao Terceiro Setor. Peso: 2.

10. Oferta de oportunidades de participação das famílias: Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias. Peso: 2.

7.6. O **PROPONENTE** que não atingir a pontuação mínima de 12 (dez) pontos dos 20 (vinte) possíveis será desclassificado.

7.7. A administração pública homologará e divulgará o resultado do julgamento em página do site oficial da Administração Pública na internet.

7.8 O **PROPONENTE** classificado em **primeiro lugar**, na forma prevista neste Edital será convocado pelo Município de Dois Vizinhos para celebração do **TERMO DE COLABORAÇÃO** até o montante previsto neste Edital, conforme a quantia prevista na sua Proposta, observada a ordem e critérios de classificação.

7.8.1 O **PROPONENTE** convocado pelo Município de Dois Vizinhos deverá apresentar os documentos indicados no item [5.3](#), de maneira a comprovar os Requisitos para Celebração do Termo de Colaboração;

7.8.2 Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos no item 5.3 do edital, aquela imediatamente mais bem classificada



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada, nos termos da Lei n. 13.019/2014;

7.8.3 Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do item acima aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos nos no item 5.3 do edital;

7.8.4 Não havendo proponentes classificados capazes de firmar a parceria pretendida, o Município de Dois Vizinhos encerrará o presente CHAMAMENTO PÚBLICO.

7.9. O prazo de validade das Propostas de Trabalho será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Município de Dois Vizinhos.

7.10. Se por motivo de força maior, a celebração da parceria não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, em 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse do Município de Dois Vizinhos, poderá ser solicitada ao PROPONENTE a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.11. Caso todas as proponentes sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de novos planos de trabalho visando sanar os vícios detectados.

7.12. Na hipótese de não celebração da parceria no prazo constante do item 7.9 acima, os PROPONENTES ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos.

7.13. O **PROponente** deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de avaliação, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. Esse tópico será objeto de comprovação documental de tais experiências observado nas fases do processo, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas neste edital.

8 – DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

8.1. O **PROponente** classificado em **primeiro lugar**, na forma prevista neste Edital será convocado pelo Município de Dois Vizinhos para celebração do **TERMO DE COLABORAÇÃO** (conforme modelo 5), até o montante previsto neste Edital, conforme a quantia prevista na sua Proposta, observada a ordem e critérios de classificação.

8.1.1 O PROPONENTE convocado pelo Município de Dois Vizinhos deverá apresentar os documentos indicados nos artigos 33 e 34 da Lei n. 13.019/2014, de maneira a comprovar sua regularidade jurídica e fiscal.

8.2.2 Na eventualidade do proponente convocado não conseguir apresentar sua regularidade nos termos do subitem anterior o Município de Dois Vizinhos convocará o classificado imediatamente posterior e assim sucessivamente até encontrar o PROPONENTE regular, nos termos da Lei n. 13.019/2014.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

8.2.3 Não havendo proponentes classificados capazes de firmar a parceria pretendida, o Município de Dois Vizinhos encerrará o presente CHAMAMENTO PÚBLICO.

8.2. O prazo de validade das Propostas de Trabalho será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Município de Dois Vizinhos.

8.3. Se por motivo de força maior, a celebração da parceria não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, em 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse do Município de Dois Vizinhos, poderá ser solicitada ao PROPONENTE a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.4. Caso todas as proponentes sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de novos planos de trabalho visando sanar os vícios detectados.

8.5. Na hipótese de não celebração da parceria no prazo constante do item 8.1 acima, os PROPONENTES ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos.

8.6. O **PROPONENTE** deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de avaliação, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. Esse tópico será objeto de comprovação documental de tais experiências observado nas fases do processo, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas neste edital.

9 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias é a seguinte:

Órgão	Dotação Orçamentária	Natureza da despesa
07.003	27.812.0009.2040	3.3.50.41.00.00

10 - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

10.1. Os Termos de Colaborações a serem celebrados no ano de 2023 terão início na data de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses. Havendo renovação, será aplicado o IPCA acumulado no período da parceria como meio de reajustá-la ordinariamente.

10.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

10.2.1 A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.



10.3. Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal 13.019/14 e Decreto Municipal 18942/2022 é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

10.4. Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:

- I. o interesse público na alteração proposta;
- II. a possibilidade de realizar-se novo chamamento sem prejuízo ao interesse público;
- III. a proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;
- IV. a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
- V. a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

10.5. A manifestação dos setores técnicos deverá ser encaminhada para análise jurídica, previamente à deliberação da autoridade competente.

11 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

11.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, com cópia do Plano alterado.

11.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração do objeto.

11.2. A Administração Pública poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, **dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital**, durante a vigência do Termo de Colaboração, desde que:

- I. os recursos continuem sendo utilizados para a consecução do objeto pactuado;
- II. o remanejamento ocorra dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital;
- III. não seja alterado o valor total do Termo de Colaboração; e,
- IV. seja apresentado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência.

11.3. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

12 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Demais critérios e condições para celebração das parcerias objeto deste Chamamento Público, constam no Manual de Formalização de Transferências Municipais ao Terceiro Setor, sendo que todos os atos deste Chamamento Público serão publicados no site do Município: www.doisvizinhos.pr.gov.br.

12.2. O presente chamamento público será regido pelos princípios da legalidade, finalidade, moralidade administrativa, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e publicidade.

12.3. As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações ou pedidos de esclarecimento, obrigarão a todos os PROPONENTES e serão publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

12.4. O chamamento público a que se refere este edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa, não decorrendo daí qualquer obrigação de indenizar.

12.5. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei 8666/93.

12.5.1 A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações durante os horários de atendimento da Prefeitura ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: dione.luiz@doisvizinhos.pr.gov.br até as 23 horas e 59 minutos.

12.5.2 Caberá à Autoridade Superior, auxiliada pelo Presidente da Comissão de Seleção, responder às impugnações e aos pedidos de esclarecimento.

12.6. Tendo em vista seu poder de discricionariedade, o órgão gestor poderá decidir sobre a escolha da proposta a partir dos pareceres técnicos, e o estabelecimento de Termo de Colaboração.

12.7. Em caso de desistência da organização social em celebrar o Termo de Colaboração a qualquer tempo após a entrega da documentação solicitada neste edital de chamamento público, essa intenção deverá ser manifestada por escrito através de ofício devidamente assinado pelo responsável da organização proponente, explicando as razões que conduziram a essa situação.

12.8. Na contagem dos prazos é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

12.9. Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

Dois Vizinhos, 25 de janeiro de 2023.

Luis Carlos Turatto

Prefeito

Silvana Aparecida Dal Molin

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Anexos do Edital de Chamamento Público nº 002/2023

DOCUMENTO MODELO 1: OFÍCIO

Ofício nº 001/2023

Dois Vizinhos, de de 2023.

Prezado Senhor Prefeito

Em atenção ao Chamamento Público nº 002/2023 vimos a presença de Vossa Excelência para solicitar a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho, ou seja, liberação de recursos no valor de R\$para desenvolver o projeto intitulado em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público.

(A justificativa para o Termo de Colaboração deve ser descrita por meio do relato da importância do repasse no contexto do município, indicando sua participação na melhoria, bem-estar e qualidade de vida da população).

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,
(Dirigente/Presidente da entidade)
Nome Completo
CPF

A Vossa Excelência
LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito Municipal
Dois Vizinhos – PR



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOCUMENTO MODELO 2: RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA CONTENDO OS NOMES DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS DA ENTIDADE E PERÍODO DE ATUAÇÃO

CERTIDÃO

A _____ (razão social da entidade), inscrita no CNPJ nº _____, representada pelo senhor presidente/diretor/provedor (a) _____, portador do CPF nº _____, Certifico que os dirigentes e conselheiros desta referida entidade, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, são:

Nome	Cargo	RG	CPF
	Presidente		
	Vice Presidente		
	Outros...		

Dois Vizinhos, de de 2023.

Assinatura Responsável
Identificação e nº do CPF



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOCUMENTO MODELO 3: DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná
Ref.: Chamamento nº 002/2023

**RAZÃO SOCIAL e CNPJ:
ENDEREÇO:**

1- Declaramos, sob as penas da Lei, que é inexistente os impedimentos para celebrar parceria previstos no artigo 39 da Lei Federal 13.019/14, bem como de que não empregará, para a execução da parceria, qualquer pessoa que tenha sido condenada pelos crimes previstos no § 5º do artigo 47 da mesma Lei Federal.

2- Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 (quatorze) anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

3- Declaração, sob as penas da lei, que não emprega ninguém em regime de trabalho escravo.

4- Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5- Declaramos ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, declaro ainda para os devidos fins e sob penas da lei, que a entidade disporá de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução ou manutenção das ações previstas no Projeto e no Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas.

6- Declaramos para os devidos fins e sob penas da lei, que se formos selecionados para assinatura do Termo de Colaboração, providenciaremos a abertura de Conta Específica e encaminharemos as informações relativas a conta no momento da assinatura do Termo de Colaboração.

7- Declaramos para devidos fins e sob penas da lei que a Entidade não tem como dirigentes ou controladores:

a) membros do Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

b) servidor público vinculado ao Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

8- Declaramos que a entidade se compromete a atender a Lei Federal nº 13019/2014 e dar publicidade ao objeto pactuado.

9- Declaramos para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Dois Vizinhos não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Dois Vizinhos, complementa-se a esta declaração que a entidade está adimplente com o Poder Público Municipal.

10- Declaramos que a entidade não contratará parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público concedente.

11- Declaramos para os devidos fins que a entidade teve seu início das atividades em ____/____/____ e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

12- Declaramos para os devidos fins que a entidade se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma Lei.

13- Declaramos que a entidade efetivará suas compras e contratações da seguinte forma: (descrever como será efetivado ambas as coisas).

14- Em atendimento ao disposto no Art. 39 da Lei 13019/2014 declaramos que não estamos impedidos de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista na Lei, uma vez que não infringimos nenhuma das opções abaixo:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei 13019: II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei 13019: III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 4º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2º da Lei 13019/2014, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 5º A vedação prevista no inciso III da Lei 13019/2014 não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

15- **DECLARAMOS** sob as penas da Lei, que os proprietários, sócios ou dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

- a) Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador do Município, Membros da Comissão de Licitações, Pregoeiros ou membros do Controle Interno;
- b) Ocupantes de cargo comissionado que exercem função de direção, chefia ou assessoramento independente de onde estejam lotados;
- c) Servidores efetivos com ou sem função gratificada, que atuem ou tenham atuado em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados qualquer outra autoridade ligada à contratação,

Responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2023, instaurada pelo Município de Dois Vizinhos, que os proprietários, sócio ou dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Dois Vizinhos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

Assinatura de Representante Legal



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, bem como observar os graus de parentescos relacionados abaixo, sendo que declaração inverídica poderá acarretar em responsabilizações previstas na legislação em vigor:

Graus de Parentesco a serem observados:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

.....,, de 2023.

Local e Data

Assinatura do Responsável

Identificação e nº CPF



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOCUMENTO MODELO 4: ANEXO DE PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 – Dados Cadastrais da Instituição Proponente

Nome da Instituição Proponente		CNPJ
Endereço		CEP
Telefone ()	E-mail institucional	
Banco*	Nº Agência	Nº Conta Corrente
Nome do Responsável Legal da Instituição Proponente		
Função	RG	CPF
Telefone ()	Celular ()	E-mail
Endereço Residencial		CEP
Telefone ()	Informação Adicional	
Nome do Responsável Técnico pela execução do Serviço		
Função	RG	CPF
Endereço Residencial		CEP
Telefone ()	E-mail institucional	
Formação		Nº registro no Conselho Profissional

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	Duração: 12 (doze) meses
Objeto da Transferência:	Período da Execução: Início: (Previsão em dia/mês/ano): Término: (Previsão em dia/mês/ano):
Valor Previsto:	
Identificação do Objeto principal: <input type="checkbox"/> Aquisição de Equipamentos e Material Permanente <input type="checkbox"/> Atividades, Serviços ou Manutenção <input type="checkbox"/> Obras (Construções, Ampliações e Reformas)	



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

() Aquisição de Imóveis

Justificativa para Formalização: O chamamento público para o esporte e lazer do nosso município tem como objetivo geral a realização de ações consistentes no fomento e incentivo às práticas esportivas e de lazer em suas diversas modalidades e manifestações, assegurando efetivar o direito constitucional às práticas esportivas formais e não formais, bem como a criação de oportunidades de tempo e espaço para vivências lúdicas para todos os cidadãos residentes no Município de Dois Vizinhos, através de ações intersetoriais desenvolvidas através de parcerias com a sociedade.

O esporte como fenômeno social tem importante papel na comunidade Duovizinhense, visto que ele abrange vários setores, sendo bastante relevante na área da saúde, educação, turismo, entre outros. A prática do esporte envolve a aquisição de habilidades físicas e sociais, valores, conhecimentos, atitudes e normas. O fenômeno esportivo está ocupando cada vez mais espaço na vida da nossa comunidade, principalmente das crianças e dos jovens, como reflexo da influência dos eventos esportivos divulgados pela mídia local, regional e a identificação com ídolos. O esporte envolve todas as classes sociais, tendo como finalidade promover a socialização, cooperação e transmissão de valores.

Público Alvo: No mínimo 250 crianças da rede municipal de ensino, que deverão estar inseridas em ambiente esportivo através de treinamentos regulares na modalidade futsal.

Local / endereço onde serão executados o Serviço e a infraestrutura disponível para execução do Projeto:

Estrutura física: () própria () cedida () alugada () outros

Cômodo	Quantidade	Tipo de atividades desenvolvidas no espaço

Equipamentos disponíveis

Quantidade	Tipo de Equipamento

Descrever o diagnóstico da realidade que serão objeto das atividades. (Identificação e qualificação da demanda):

Em meados do século XIX, o esporte no Brasil apresentava-se “como prática social incipiente, com baixos níveis de conflito e de demandas, ausência de interesses secundários e pequena intervenção por parte do Estado” (LINHALES, 1996, p. 204). Entretanto, com o decorrer do tempo esta realidade foi se transformando. De uma atividade desinteressada, o esporte torna-se uma atividade com sistemas de interesses ampliados, incorporando uma variedade de atores e conflitos e sendo alvo de interesses cada vez mais amplos, passando de uma atividade com um fim em si mesmo para um instrumento de efetivação de fins externos a ele.

Atualmente percebemos que o esporte se encontra solidamente inserido na sociedade, sendo o mesmo considerado um fenômeno sociocultural e entendido como um direito social. De acordo com o art. 217 da Constituição Federal, “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988). Apesar de um dever do Estado, podemos observar que a promoção



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

de práticas desportivas não atinge a todas as camadas da sociedade. Políticas esportivas para crianças e adolescentes tem sido alvo de organismos públicos, privados e de terceiro setor. Assim, através de diferentes iniciativas, surgem em todo o país incontáveis projetos a fim de promover atividades esportivas no contra-turno escolar de crianças e adolescentes. Tais iniciativas, nomeadas em sua maioria pelo termo “projetos sócio esportivos”, vêm ganhando destaque na mídia e na sociedade. Com a crescente participação de jovens na criminalidade impulsionada pela crise econômica e fracasso das políticas educacionais, os projetos de educação pelo esporte voltada às crianças e jovens pobres, classificados algumas vezes como em “situação de risco social” ou em “situação de vulnerabilidade social”, e objetivam ocupar o tempo livre dos mesmos afastando os meninos e meninas do mundo do crime, os tirando da rua e da violência. A implementação de projetos sócio esportivo não tem como única finalidade promover o acesso a pratica esportiva daqueles que de outra forma não teriam, mas também, através do esporte promover valores e comportamentos que seguirão com as crianças e adolescentes pelo resto de suas vidas.

Metas	Etapa/ Fase	Descrição da Etapa/Fase	Indicador Físico		Duração	
			UN	Qtde	Data de Início	Data de Término
I.	1.	Inscrição de Interessados		400	Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	2.	Visitas das Crianças ao Projeto		400		
II.	1.	Peneira para seleção		400	Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	2.	Desenvolvimento dos treinamentos		250		

3. METAS

Metas a serem atingidas de atividades ou projetos a serem executados (definição e detalhamento):

I. No mínimo 400 crianças/adolescentes apresentadas ao Projeto

II. No mínimo 250 crianças/adolescentes na execução do Projeto

Unidade de medida da meta:

() Metro linear () Metro quadrado () Percentual (x) Pessoa(s)

() Procedimento(s) () Atendimento(s) () Unidade(s)

4. INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Metas Quantitativas: 400 apresentadas ao projeto e 250 crianças/adolescentes participando ativamente dos treinamentos

Metas Qualitativas: Desenvolvimento físico, emocional, social e cultural dos jovens e adolescentes



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

5. METODOLOGIA DE TRABALHO

Após a apresentação das crianças ao projeto, deverão ser selecionadas 250, que realizarão as atividades em contra turno escolar, nos turnos matutino e vespertino, com turmas de no máximo 30 (trinta) crianças, as quais deverão realizar treinamentos na modalidade futsal no mínimo 2 (duas) vezes por semana, com preenchimento de listagem de presença.

Os treinamentos deverão desenvolver as habilidades psicomotoras dos participantes, aumentando seu condicionamento físico e resistência, melhorando a concentração, autoconfiança e capacidade de trabalho em equipe bem como o desenvolvimento dos valores sociais, morais e éticos. Deverá ser realizado através de equipe multidisciplinar, que deverá conter no mínimo um profissional da área da Educação Física e um da área da Fisioterapia.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

A avaliação das metas quantitativas será realizada através de visitas *in loco* por parte da Comissão de Monitoramento e Avaliação e do Gestor do Termo de Parceria, bem como através da conferência da listagem de presença, que será de preenchimento e apresentação obrigatória.

As metas qualitativas deverão ser avaliadas através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, que deverá emitir parecer acerca da satisfação com o projeto, tendo como premissa o desenvolvimento físico bem como dos valores sociais, morais e éticos das crianças/adolescentes participante.

7. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS:

Deverá contemplar no mínimo um profissional da área da Educação Física e um da área da Fisioterapia

NOME	Carga horária	Escolaridade	Função desenvolvida	Valor

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Janeiro/2024	Fevereiro/2023	Março/2023	Abril/2023	Maio/2023	Junho/2023
R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Julho/2023	Agosto/2023	Setembro/2023	Outubro/2023	Novembro/2023	Dezembro/2023
R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

9. PLANO DE APLICAÇÃO

Código	Natureza da Despesa	Valor Total
33.90.30.14.00	Material Educativo e Esportivo	
33.90.39.10.00	Locação de Imóveis de Terceiros	



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

33.90.39.81.00	Serviços Bancários	
31.90.11.01.01	Gasto com Pessoal	
TOTAL GERAL		

9.1 DETALHAMENTO DAS DESPESAS

Nome	Salário	FGTS	INSS	13º salário	Férias	Total gasto com cada colaborador
TOTAL DE DESPESA GASTO COM PESSOAL 31.90.11.01.01						

33.90.30.14.00 - Material Educativo e Esportivo – R\$

Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			

33.90.39.10.00 – Locação de Imóveis de Terceiros – R\$

Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			

33.90.39.81.00 - Serviços Bancários – R\$

Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			
TOTAL GERAL			

10. FONTES DE RECURSOS DA OSC:

Fontes de Recursos da OSC	Valor total anual dos Recursos R\$
Governo Federal	
Governo Estadual	
Governo Municipal	
Doações ou Contribuições Individuais	
Entidades Religiosas	
Empresas Privadas, Institutos e Fundações Empresariais	
Vendas de Produtos e Serviços	
Outros. Quais?	
TOTAL	



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- A prestação de contas deve ser encaminhada por bimestre, até 15 (quinze) dias após o último dia do bimestre, sendo formada por todas as notas fiscais e pagamentos realizados pela entidade, orçamentos, extratos bancários (conta corrente e aplicação), listagem de presença dos usuários, relatórios técnicos da execução das atividades, relatório contendo os indicadores quantitativos e qualitativos.
- A comissão de monitoramento realizará análise dos documentos e ainda dos relatórios de supervisões diretas e indiretas da execução do Plano de trabalho e deliberará sobre a aprovação das prestações de contas no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da prestação de contas.
- Tais decisões serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para ciência e deliberação no prazo de 10 (dez) dias.
- Da decisão de irregularidade da prestação de contas cabe recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação por escrito da entidade.

12. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, que as informações que contam neste Plano de Trabalho e Aplicação, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de atendimento. Se houver algo em contrário ou inverídico, me responsabilizo na forma legal.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Plano de Trabalho.

Dois Vizinhos- PR, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do Representante OSC

13 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Dois Vizinhos, ____ de ____ de 2023.

Luis Carlos Turatto
Prefeito



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOCUMENTO MODELO 5: MODELO DE MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO N°: ____/2023.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS E A ENTIDADE _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.640/0001-08, estabelecida nesta cidade, na Avenida Rio Grande do Sul, 130, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. LUIS CARLOS TURATTO**, portador da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominada **CONCEDENTE** e do outro _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida nesta cidade, na _____ nº _____, no Município de Dois vizinhos/PR, neste ato representado por seu (sua) Presidente, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar o **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento no Chamamento nº 002/2023, nos Decretos Municipais nº 18942 e 18943/2022, na Lei Federal nº 13.019/2014, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, e documentos emitidos pelo TCE – PR tais como a Resolução 28/2011 de 06 de outubro de 2011 alterada pela Resolução 46/2014, Instrução Normativa nº 61/2011 de 01 de dezembro de 2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto **FOMENTAR A PRÁTICA ESPORTIVA ATRAVÉS DE PROJETOS DE INCENTIVOS AO ESPORTE NA MODALIDADE DE FUTSAL PARA QUE ATLETAS POSSAM ATUAR E REPRESENTAR O MUNICÍPIO NAS PRINCIPAIS COMPETIÇÕES A NÍVEL MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL, OPORTUNIZANDO EM CONTRAPARTIDA A CONSTRUÇÃO DE SUAS CARREIRAS ESPORTIVAS, IMPLANTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS QUE GARANTAM A INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE, VISANDO A FORMAÇÃO DE NOVOS ATLETAS, ASSIM COMO DESENVOLVER PROGRAMAS QUE OPORTUNIZEM A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO, RETIRANDO CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS DOS MALEFÍCIOS DO MUNDO OPORTUNIZANDO E DESENVOLVENDO AÇÕES QUE ESTIMULEM A PREPARAÇÃO PARA EXERCER O DIREITO DE CIDADANIA E CONSEQUENTEMENTE À PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA E RECREAÇÃO SOCIAL COM O INTUITO DE ADOÇÃO DE UM ESTILO DE VIDA MAIS SAUDÁVEL**, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

Público Alvo: 250 pessoas entre crianças e jovens de 5 a 17 anos mais a categoria adulta na formação esportiva individual e coletiva.

Objetivos:

- a) Contribuir no desenvolvimento esportivo e educacional, formando e revelando atletas e cidadãos;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- b) Propiciar um futuro melhor as crianças e adolescentes beneficiados, por meio dos benefícios inerentes a prática esportiva como: saúde, educação, disciplina, ocupação do tempo livre, afastando-os da criminalidade e das drogas;
- c) Atender a população carente do município, aumentando e qualificando o convívio social e contribuindo para diminuição dos índices de vulnerabilidade;
- d) Oferecer atividades físicas e esportivas a um público a partir dos 5 (cinco) anos de idade, que estimule seu desenvolvimento físico-motor, cognitivo e social;
- e) Divulgar e popularizar a modalidade esportiva de Futsal em Dois Vizinhos, promovendo a formação de equipes que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos municipais, estaduais e nacionais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva nos Projetos/Programas;
- f) Oportunizar a prática do esporte de competição às crianças, adolescentes e adultos contemplados pelo Projeto, através da realização e participação em eventos competitivos;
- g) Proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas e promover uma maior integração entre família, escola e incentivo ao esporte.

Metas da Contratada:

- A. Oferecer atividades físicas e esportivas;
- B. Oportunizar a prática do esporte de competição às crianças, adolescentes e adultos;
- C. Formar novos atletas;
- D. Ampliar os serviços oferecidos a fim de atender a possíveis demandas relacionadas ao esporte ativo da população local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

A Concedente nomeia como gestor(a) do presente Termo de Colaboração o(a) Sr.(a) Silvana Aparecida Dal Molin, portador(a) do RG nº 8.392.278-8/PR e do CPF/MF nº 037.482.559-93, conforme Portaria Municipal nº 004/2023, de 25 de janeiro de 2023.

Parágrafo Primeiro

Ficam nomeados(as) como Comissão de Monitoramento e Avaliação os(as) Srs.(a) Sirlene da Rosa; Leda Maria Ferrari; Silvana Aparecida Dal Molin e Cesar Antonio Tumelero, nomeados (as) conforme Portaria Municipal nº 004/2023, de 25 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, antes e durante a vigência do objeto;
- d) promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- e) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município;
- g) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;
- h) elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019 de 3/07/2014;

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
- b) Se responsabilizar e zelar com os bens e imóveis de uso comum do povo;
- c) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- d) Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;
- e) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- f) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução e manter os comprovantes arquivados;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Identificar o número deste Termo de Colaboração no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;

i) Divulgar este Termo de Colaboração em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;

j) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.

k) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Colaboração e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública, no que dispõe o Decreto Municipal 18942/2022.

l) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

m) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

n) Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação do Termo de Colaboração, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

o) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

p) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.

q) Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto.

r) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até final da vigência do Termo de Colaboração;

s) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- t) Comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Colaboração todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho.
- u) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços.
- v) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- w) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;
- x) Utilizar o SIT nos termos da Resolução 28/2011 deverão informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo sistema, em atendimento à Instrução Normativa nº 61/2011, especificamente no que dispõe a íntegra dos artigos 15, 16, 17 e seus parágrafos.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a contratação de pessoal para execução do projeto.

Parágrafo Único

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, no presente exercício, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE, de acordo com o cronograma de execução, o valor de R\$ _____ (_____), sendo o valor mensal de R\$ _____ (_____) a ser repassado em _____ parcelas.

Parágrafo Primeiro

As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

Parágrafo Segundo

Os valores repassados pelo **Município de Dois Vizinhos** deverão ter caráter suplementar, devendo a PROPONENTE assegurar outras fontes de maneira a manter suas atividades.

Parágrafo Terceiro

A realização dos repasses financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a assinatura do instrumento da parceria e a



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

publicação de seu extrato no Diário Oficial, sendo glosadas as despesas realizadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias é a seguinte:

Órgão	Dotação Orçamentária	Natureza da despesa
07.003	27.812.0009.2040	3.3.50.41.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na Agência nº____, no Banco____, na Conta Corrente nº____, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

Parágrafo Primeiro

Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

- a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
- b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.

Parágrafo Segundo

Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito, PIX), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos;

Parágrafo Terceiro

Os rendimentos financeiros dos valores aplicados não poderão ser utilizados pela Proponente.

Parágrafo Quarto

A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

Parágrafo Quinto

A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos de Colaborações, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;

c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Parágrafo Único: compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestar contas de forma parcial a cada bimestre, e de forma integral das receitas e despesas até 90 (noventa) dias a partir do término de vigência do Termo de Colaboração segundo a Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes, tendo a administração pública 150 (cento e cinquenta) dias para apreciar a Prestação de Contas.

Parágrafo Único

Quando do encerramento do Termo de Colaboração as quantias porventura excedentes deverão ser retornados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este Instrumento tem sua vigência de ____/____/____ até ____/____/____, contados a partir da data de sua assinatura, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para consecução de seu objeto, podendo ser renovado por igual período.

Parágrafo Primeiro

Havendo renovação, será aplicado o IPCA acumulado no período da parceria como meio de reajustá-la ordinariamente.

Parágrafo Segundo

A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

Parágrafo Terceiro

A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Quarto

Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

Parágrafo Quinto

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Sexto

Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

Parágrafo Sétimo

Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal 13.019/14 e Decreto Municipal nº 18942/2022 é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

Parágrafo Oitavo

Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca de:

- I. o interesse público na alteração proposta;
- II. a possibilidade de realizar-se novo chamamento sem prejuízo ao interesse público;
- III. a proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;
- IV. a capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;
- V. a existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

Parágrafo Nona

A manifestação dos setores técnicos deverá ser encaminhada para análise jurídica, previamente à deliberação da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;

e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;

f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;

i) **realizar despesas com:**

A) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;

B) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

C) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;

D) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, com cópia do Plano alterado.

Parágrafo Primeiro

Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração do objeto.

Parágrafo Segundo

A Administração Pública poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, **dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital**, durante a vigência do termo de colaboração e do Termo de Colaboração, desde que:

- I. os recursos continuem sendo utilizados para a consecução do objeto pactuado;
- II. o remanejamento ocorra dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital;
- III. não seja alterado o valor total do termo de colaboração ou do Termo de Colaboração; e,
- IV. seja apresentado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência.

Parágrafo Terceiro

O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Dois Vizinhos para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Primeiro

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 2 (dois) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Dois Vizinhos, de de 2023.

Luis Carlos Turatto

Prefeito

Entidade

Presidente



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná****DOCUMENTO MODELO 6: MODELO DE DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO**

Eu, inscrita no CPF nº, integrante da Comissão de Seleção nomeada pela Portaria nº 136/2022, declaro sob as penas da Lei que em atendimento ao disposto no Art. 27 da Lei Federal 13019/2014, não sou impedida de participar da comissão de seleção uma vez que nos últimos 5 (cinco) anos, não mantive relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público.

Declaro ainda que não me enquadro em nenhuma das hipóteses listadas abaixo:

- I. ser ou ter sido associado ou dirigente da organização da sociedade civil;
- II. ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil;
- III. ter ou ter tido relação de emprego ou de prestação de serviço com a organização da sociedade civil;

Por ser expressão da verdade, dato e assino abaixo.

Dois Vizinhos- PR, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do integrante da Comissão de Seleção